



JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Stéfany Sampaio¹, Thalyta Rodrigues¹, hellen Rodrigues¹, Luá Cristine Siqueira Reis²

RESUMO: Este trabalho apresenta o relato de experiência do projeto de extensão “Jurisprudência dos Tribunais Superiores e Educação em Direitos Humanos”. O projeto visa demonstrar a relevância das decisões dos Tribunais Superiores e como estas influenciam a educação em Direitos Humanos e a comunidade. Além disso, busca evidenciar como a promoção dessa educação contribui para uma sociedade mais justa, coesa, participativa e libertadora. Nos anos de 2023 e 2024, houve uma intensificação das ações comunitárias, como a participação em eventos, entre eles o Congresso Nacional de Direito Médico, e a ampliação das publicações e interações na página do projeto no Instagram. O objetivo geral é promover educação e formação jurídica, com foco nas decisões dos Tribunais Superiores e em Direitos Humanos. Entre os objetivos específicos estão capacitar os envolvidos na análise de julgados, fomentar práticas educativas em Direitos Humanos e orientar cidadãos quanto à relevância desses conhecimentos para a vida, a cidadania e o exercício profissional. A metodologia envolveu encontros temáticos, publicações e interações em redes sociais. Como resultados, observou-se o fortalecimento de discussões e estudos sobre os temas, além de soluções práticas para demandas dos assistidos, promovidas pelas atividades do projeto.

Palavras-chave: Educação em Direitos Humanos; Tribunais Superiores; Jurisprudência; Extensão universitária; Justiça social.

¹Acadêmicos do Curso de Direito do Centro Universitário de Mineiros.

²Docente do Curso de Direito do Centro Universitário de Mineiros.

Autor correspondente:
luacristine@unifimes.edu.br

JURISPRUDENCE OF HIGHER COURTS AND HUMAN RIGHTS EDUCATION: EXPERIENCE REPORT

ABSTRACT: This paper presents the experience report of the extension project “Case Law of Superior Courts and Human Rights Education.” The project aims to highlight the importance of the Superior Courts’ rulings and their impact on Human Rights education and the community. The main objective is to promote legal education, emphasizing Superior Courts’ rulings and Human Rights. Specific goals include training participants to understand court decisions, fostering educational practices in Human Rights, and guiding citizens on the significance of such knowledge for their lives, citizenship, and professional activities. The methodology included thematic meetings, publications, and social media interactions. Results revealed strengthened discussions and studies on these topics, alongside practical solutions to the needs of those assisted through the project’s initiatives.

Keywords: Human Rights Education; Superior Courts; Case Law; University Extension; Social Justice.

Originais recebidos em
20 de fevereiro de 2025

Aceito para publicação em
27 de maio de 2025

JURISPRUDENCIA DE LOS TRIBUNALES SUPERIORES Y EDUCACIÓN EN DERECHOS HUMANOS: RELATO DE EXPERIENCIA

RESUMEN: Este artículo presenta el informe de experiencia del proyecto de extensión “Jurisprudencia de los Tribunales Superiores y Educación en Derechos Humanos”. El proyecto busca destacar la relevancia de las decisiones de los Tribunales Superiores y su impacto en la educación en Derechos Humanos y la comunidad. Además, demuestra cómo la promoción de la educación en Derechos Humanos contribuye a la construcción de una sociedad más justa, cohesionada, participativa y liberadora. El objetivo principal es promover la educación jurídica, con énfasis en las decisiones de los Tribunales Superiores y los Derechos Humanos. Los objetivos específicos incluyen capacitar a los participantes en el análisis de sentencias, fomentar prácticas educativas en Derechos Humanos y orientar a los ciudadanos sobre la importancia de este conocimiento para su vida, ciudadanía y actividades profesionales. La metodología incluyó encuentros temáticos, publicaciones e interacciones en redes sociales. Los resultados mostraron el fortalecimiento de las discusiones y estudios sobre estos temas, además de soluciones prácticas a las necesidades de los beneficiarios a través de las iniciativas del proyecto.

Palabras clave: Educación en Derechos Humanos; Tribunales Superiores; Jurisprudencia; Extensión universitaria; Justicia social.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta o relato de experiência do projeto de extensão de jurisprudência dos Tribunais Superiores e Educação em Direitos. Pretende-se demonstrar a importância das decisões dos Tribunais Superiores e como suas decisões repercutem na comunidade e no tocante a educação em Direitos Humanos como estão associados às decisões dos Tribunais, mas também, como a promoção da educação em Direitos Humanos contribui para a construção de uma sociedade mais justa, coesa, participativa e libertadora. Nestes dois últimos anos, 2023 e 2024, a aplicação do projeto teve uma ênfase ainda maior no contato com a comunidade, com ações intra e extra institucionais, com atuação em eventos como o Congresso Nacional de Direito Médico, expansão das ações com publicações informativas e interações na página específica do projeto no Instagram. O objetivo geral do projeto é promover educação e formação jurídica em especial no que toca aos julgados dos tribunais superiores e sobre Direitos Humanos.

Os objetivos específicos foram capacitar os envolvidos à compreensão dos julgados dos tribunais superiores, promover práticas educativas em Direitos Humanos. Orientar os cidadãos, estudantes e membros da comunidade quanto a importância destes conhecimentos para a sua vida, cidadania e exercício profissional.

Quanto a metodologia foi desenvolvida por meio de leituras das jurisprudências e de estudos de casos práticos vivenciados em sociedade (local, regional e/ou global) que repercutiram sobre os temas de pertinência. Ainda houve encontros sobre os temas bem como publicação destes temas na rede social Instagram – página do projeto - como forma de promoção e disseminação popular destes saberes. Neste ano foi possível utilizar espaços em eventos institucionais e fora da instituição, com parcerias institucionais, para promoção ainda maior e alcance do projeto, como a participação no Café com Direitos Humanos e em eventos, como a Semana Universitária, em que os participantes fizeram falas sobre os temas à comunidade que estava presente no mutirão realizado em parceria com a instituição UNIFIMES com a Defensoria Pública do Estado de Goiás.

Como resultados esperados foi possível notar a consolidação de temas em suas discussões e estudos, resultados práticos do projeto aos assistidos que tiveram soluções práticas de demandas a partir dos estudos e interações promovidos pelo projeto de extensão. Por fim, o projeto serviu como indutor da divulgação do campus Trindade na comunidade e na divulgação dos cursos da instituição.

A iniciativa do projeto nasce do anseio de aproximação da academia com a comunidade em seus vários atores e espaços. Por vezes se percebe um distanciamento entre a academia e a sociedade, e, uma das propostas da extensão é justamente aproximar este espaço de forma qualificada, com informação e educação qualificada.

Na atualidade vivemos uma sociedade com muita informação, mas uma dificuldade é a informação de qualidade. O que promove cidadãos com noções superficiais sobre assuntos e sem a verificação autêntica do que é recebido. Este cenário é passível e até propício para a propagação de notícias inverídicas, conhecidas *fake News*.

O exposto demonstra a importância e necessidade de informações verificadas de modo a auxiliar a tomada de decisões individuais e coletivas, com conhecimento confiável, fidedigno, atualizado e responsável.

Destarte, a erupção de informação marcado pela intensificação dos procedimentos de produção e divulgação de informações, sendo a busca crescente de informações uma atividade desafiadora. O setor jurídico é enfrenta essa barreira, sendo produzidos diariamente jurisprudências, doutrinas, legislação e atos administrativos dentre outros.

Assim, a natureza da informação jurídica é instável, pois há uma constante mudança “[...] rapidez da sua desatualização, face a um constante crescimento e criação de novas fontes (novas leis, novas áreas do Direito, constante produção de doutrinas) [...]” (MARTINHO, 2006, p. 91).

Nesta toada educação em direitos humanos é um desafio central para sociedades marcadas por desigualdades e violações de direitos fundamentais. No Brasil, a violência e a exclusão social são constantes,

é essencial que o conhecimento jurídico seja democratizado e acessível a todos os cidadãos. Este trabalho relata a experiência de um projeto de extensão desenvolvido no Centro Universitário de Mineiros (UNIFIMES), com o objetivo de disseminar a jurisprudência dos tribunais superiores por meio de linguagem simplificada e acessível. O projeto tem em sua essência, desde 2019, aproximar a comunidade dos entendimentos judiciais sobre temas de direitos humanos, promovendo conscientização e engajamento social. A relevância do projeto reside na necessidade de superar a barreira entre a produção acadêmica/jurídica e o público em geral, contribuindo para o fortalecimento da cidadania e da justiça social.

O projeto se iniciou em 2019 no formato presencial no campus Trindade. Em 2020 veio a pandemia e de forma abrupta e dinâmica passou a ser mediada por tecnologias. Foi assim também nas edições de 2021 e 2022.

Em 2023 o corpo do projeto se renovou, revisitou-se o modo de operação do projeto e com o objetivo de alcançar e permanecer os envolvidos, decidiu-se torna-lo ainda mais prático e de fácil acesso tanto para estudantes quanto para a sociedade em geral e integrando também os dois cursos do campus: Direito e Medicina. Assim, ampliou-se os estudos do projeto, além das jurisprudências dos tribunais superiores, também com ênfase a educação em Direitos Humanos. Entendendo a importância do desafio optou neste momento em retornar gradualmente as ações em presenciais e criar uma página em redes sociais do projeto como forma de centralizar e melhorar a divulgação dos saberes.

Como dito, com o avanço das edições e também em razão da pandemia do Covid-19 entendeu-se importante canal de divulgação o projeto e até mesmo da instituição e seus cursos, que o projeto merecia também o trabalho aqui desenvolvido também seria concentrado e divulgado na página institucional alimentada no aplicativo instagram: https://www.instagram.com/projeto.extensao_fimes/.

Um projeto em que o foco seja a disseminação de conhecimentos confiáveis, relevantes e com linguagem acessível, de modo com que todos possam interagir, tirar dúvidas, curtir e compartilhar. Uma linguagem acessível, dialogada e interativa. De maneira que a população possa se manter atualizada sobre jurisprudências e educação em direitos humanos.

Assim, a reformulação do projeto se iniciou. Documentando os avanços e feitos sobre as áreas de pertinência ao projeto. E para o ano de 2024 o que já estava bom ainda foi melhorado. Nos eventos institucionais foram inseridas ações específicas do que já acontece no projeto. De modo a mostrar à comunidade (acadêmica e em geral) o alcance do projeto, seus feitos, e não mesmo importante, a ênfase na educação e letramento desses saberes.

MÉTODO

A metodologia do projeto baseou-se em reuniões quinzenais com os envolvidos para a definição dos temas a serem divulgados nas redes sociais, em e no Instagram. As publicações, em formato de vídeos curtos e textos explicativos, foram planejadas com base na relevância dos temas e na sua aplicabilidade no cotidiano da população. As reuniões contaram com a participação de alunos e professores, que deliberaram sobre as formas mais eficazes de comunicação. A avaliação do impacto foi realizada por meio da análise de métricas das redes sociais, como número de visualizações, curtidas e compartilhamentos, além de feedbacks qualitativos obtidos diretamente com os seguidores da página.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os textos jurídicos (jurisprudências, súmulas, atualizações legislativas entre outros) são por vezes de difícil entendimento quando estudados de forma isolada fazendo com que haja um afastamento entre eles e a sociedade e até mesmo os próprios operadores e estudantes da área fim.

O conhecimento jurídico é vasto e denso, efetivando essa distância entre o legislador, julgador, operador e a população.

A estrutura legislativa do país como possível extrair da Constituição Federal de 1988, é vasto, e define a hierarquização da legislação:

Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de:

I - emendas à Constituição;

II - leis complementares;

III - leis ordinárias;

IV - leis delegadas;

V - medidas provisórias;

VI - decretos legislativos;

VII - resoluções.

Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis

Esses são apenas alguns pontos levantados para a melhor compreensão de quão distante pode se encontrar a população dos entendimentos emanados dos tribunais.

Há um desafio para o operador do Direito: fazer com que o mundo jurídico seja compreensível por seus operadores, mas não somente, também para o jurisdicionado (aquele que precisa e é assistido pelo sistema de justiça).

No tocante a educação em Direitos Humanos o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos traz as diretrizes e objetivos relacionados a propagação da educação em direitos humanos em vários eixos, dois deles é na educação formal e o outro na educação não formal. E dentro deste escopo e nesta fundamentação que o projeto se assenta.

Historicamente os países em desenvolvimento são marcados por violações aos direitos humanos, expressas pela precariedade e fragilidade do Estado de Direito e por graves e sistemáticas violações dos direitos básicos de segurança, sobrevivência, identidade cultural e bem-estar mínimo de grandes contingentes populacionais.

No Brasil a realidade se coaduna neste sentido, por isso os Direitos Humanos se destaca como o espaço que contempla os direitos e os sujeitos invisibilizados, vulneráveis e marginalizados. Assim, assume protagonismo e o projeto extensionista expõe mecanismos, proteções e temas para tutelar estes sujeitos e situações.

Com isso em mente o Centro Universitário de Mineiros, Unifimes, campus Trindade, criou um projeto de extensão para a disseminação dos conhecimentos adquiridos dentro do campus. Levando o conteúdo de forma que todos possam compreender, exercer e difundir.

Dentre tantos casos e temas abordados e publicados na vigência do projeto, ressaltar-se-ão 3 (três) que tiveram grande relevância e alcance. Casos que tiveram destaque e que envolvem ambos os temas. São abordados tópicos, de assassinatos qualificados, premeditados e até mesmo por engano; a condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos e a morte de uma ativista humanitária.

Os casos que serão abordados são: caso Robertinho, caso Sales Pimenta e o caso da mãe Bernadete.

Os resultados obtidos pelo projeto foram significativos, com um aumento de 30% no engajamento das publicações sobre jurisprudência nas redes sociais. Casos como o de Mãe Bernadete e Robertinho geraram discussões relevantes na comunidade acadêmica e entre o público externo, alcançando mais de 2.000 interações em algumas publicações. A análise qualitativa dos comentários indicou uma maior compreensão dos temas jurídicos e uma aproximação do público com o direito.

1.1 CASO ROBERTINHO

O caso Robertinho foi um exemplo do quão é importante a população ter conhecimentos sobre a legislação vigente e qual o andamento dos processos no judiciário. Esse post alcançou 87 pessoas direta, além de repostagens, com várias interações e à publicação.

A morte por engano de um adolescente não poderia passar despercebida. O caso deixou a todos espantados. E por ser um crime de imensa dor para a família foi divulgado. Compreende-se que a divulgação chegaria a muitas pessoas ajudando assim a pressionar o judiciário a tomar alguma atitude.

No ano de 2017 o adolescente chamado Robertinho, de 16 anos foi brutalmente assassinado em Goiânia. Policiais à paisana invadiram a casa onde a família dele morava. O adolescente foi atingido aos menos 11 (onze) vezes por arma de fogo, de acordo com a denúncia feita pelo Ministério Público do Estado de Goiás.

Após muita luta por parte da família da vítima e vários adiamentos do julgamento os policiais acusados pelo crime foram condenados. O júri condenou os réus do caso pelos crimes de homicídio triplamente qualificado, tentativa de homicídio e fraude processual.

O júri presidido pelo juiz Lourival Machado, no Tribunal de Justiça do estado de Goiás, condenou os réus. Os autores do crime que foram condenados são: Paulo Antônio de Souza Junior condenado a 21 anos e 4 meses; Rogério Araújo Silva condenado a 10 anos e 8 meses; e Cláudio Henrique da Silva, foi condenado a 10 anos e 8 meses.

De acordo com o site G1 os fatos ocorreram da seguinte forma:

Segundo o processo, no dia 17 de abril de 2017, os três PMs, que faziam parte do serviço da reserva estavam à paisana, foram até a casa do ex-mecânico, que estava com o filho e a esposa e desligaram o relógio de energia.

Assustado, Roberto pegou uma arma que tinha em casa, adquirida após sofrer um assalto, e deu um tiro para cima. Na sequência, foram dados vários tiros de fora da casa para dentro. Ainda de acordo com a investigação, Robertinho foi atingido por mais de dez disparos e morreu no local. Os militares, porém, alegaram legítima defesa.

1.2 CASO SALES PIMENTA

O caso do Sales pimenta é um dos mais revoltantes que sucedeu no sistema judiciário. O crime foi cometido há mais de 40 anos, e ainda assim o caso não foi solucionado.

Por ser um crime de tamanha repercussão, a publicação foi dividida em duas postagens relatando como ocorrera o caso e como o Brasil foi condenado a criar leis. Em conjuntos os posts atingiram a marca de mais de 2.000 (duas mil) pessoas/contas na rede social.

O Brasil foi condenado pela impunidade de assassinos do defensor de direitos humanos. Um caso que está há 40 anos sem reposta judicial efetiva. A morte de Sales Pimenta, um advogado de trabalhadores rurais no Pará teve a sua condenação.

O Brasil foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) por “graves falhas” judiciais que resultaram na impunidade dos responsáveis pelo assassinato de Gabriel Sales Pimenta.

Na sentença, o tribunal considerou que, ao se omitir de cumprir sua obrigação de investigar, processar e punir os autores do crime, o Estado brasileiro violou os direitos às garantias judiciais, à proteção judicial, à verdade e à integridade pessoal, previstos na Convenção Americana de Direitos Humanos.

Gabriel Sales Pimenta, advogado de trabalhadores rurais assassinados a tiros em Marabá (PA), em 1982. Sales defendia o direito à terra de pequenos produtores da comunidade de pau Seco, uma área pública no estado do Pará que fica na região conhecida como Polígono dos Castanhais, a maior reserva de castanha-do-Pará.

De acordo com o jornal JOTA os fatos ocorreram da seguinte forma:

Com um pedido feito à Vara Penal de Marabá, os madeireiros conseguiram uma liminar de reintegração de posse e expulsaram os posseiros da região. Gabriel Sales Pimenta, então, entrou com um mandado de segurança contra a decisão, sob o argumento de que os moradores não tinham sido ouvidos e, portanto, a medida era ilegal. O recurso foi aceito e os trabalhadores voltaram à área.

Poucas semanas depois, ao sair de um bar em Marabá, o advogado foi morto com três tiros nas costas, à queima-roupa. Um inquérito foi aberto no dia seguinte e deu início a uma série de omissões da Justiça brasileira, conforme alegam os familiares e também a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). O imbróglio culminou na prescrição do processo, 24 anos após o crime.

A Corte também destacou que, diante de atos de violência contra defensores dos direitos humanos, como no caso Sales Pimenta, o Estado tem a responsabilidade aprimorada de conduzir investigações devidamente diligentes. Para os Magistrados, a negligência do Estado no mencionado processo tem impactos coletivos devido ao temor instilado nos demais cidadãos.

1.3 CASO MÃE BARNADETE

Maria Bernadete Pacífico, conhecida com Mãe Bernadete foi uma ialorixá, ativista e líder quilombola brasileira, assassinada com vinte e cinco tiros. Era coordenadora da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos e líder do Quilombo Pitanga, em Simões Filho.

De acordo com a polícia civil da Bahia, uma das linhas de investigação é o conflito pela posse da terra onde está quilombo. A área tem cerca de 854 hectares e foi caracterizada pelo Governo do Estado como local com “histórico complexo de disputas e conflitos fundiários”

De acordo com o G1:

A Polícia Civil divulgou as mensagens de áudio em que um morador do Quilombo Pitanga dos Palmares, na Região Metropolitana de Salvador, incita integrantes de uma facção criminosa contra a ialorixá e líder quilombola Bernadete Pacífico, que foi morta a tiros em 17 de agosto. Após as mensagens, um chefe do tráfico ordenou a execução de Mãe Bernadete.

De acordo com MP-BA, os cinco são acusados de homicídio qualificado por motivo torpe, de forma cruel, com uso de arma de fogo e sem chance de defesa da vítima. Para o órgão, Mãe Bernadete morreu porque lutava contra o tráfico de drogas.

Esse caso é recente e ainda não há muitas informações a serem apuradas para a decisão final. Esta postagem também atingiu números bem expressivos. Um caso de tamanha expressão em face de uma ativista que defendia os direitos humanos da população que vive em quilombos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o projeto de extensão lida com a volatilidade das informações contidas na sociedade contemporânea, mas que a relevância dos temas propostos requerem cuidado na acurácia destes temas e aprendizados, exigindo que se adote um sistema de exposição de temas de forma periódica, clara, coesa e coerente, esclarecendo-os e explanando-os de forma a desenvolver de forma simplificada ainda que sobre temas complexos que afetam a sociedade.

Contudo, é vital implementar uma estratégia para o desenvolvimento da coleção escrita alinhada aos objetivos da entidade mantenedora e fundamentada em indicadores identificados por meio da coleta de dados tanto quantitativos quanto qualitativos.

Os encontros aconteceram de forma online e presencial, a cada 15 dias. Em que foram decididos quais assuntos deveriam ser publicados e quem seria responsável pela criação do conteúdo e pela publicação.

Nessa roda de conversa surgiram assuntos tão importantes como a participação dos alunos no evento Café com Direitos Humanos. Também foram abordados temas outros como a relevância da educação e transportes públicos chegarem a lugares de vulnerabilidade extremas.

O projeto de extensão é uma continuação e sempre aprimorada de iniciativa que acontece desde o ano 2019. Com a compreensão de que os saberes devem sim chegar até a sociedade, os operadores do direito e aos acadêmicos.

Existem outras questões futuras, que deverão ser verificadas e respondidas: como, levar estes conhecimentos a espaços outros, como por exemplo nos quilombos? Como podemos ser indutores do desenvolvimento aos anseios locais nestes e destes espaços?

Conclui-se que a disseminação da jurisprudência dos tribunais superiores bem como o estudo aprofundado de temas que envolvem a educação em Direitos Humanos em linguagem acessível é uma ferramenta eficaz para promover a educação e letramento em espaços até então não conscientes da sua importância e presença. O projeto demonstrou que é possível traduzir temas complexos em formatos simples, alcançando um público mais amplo e estimulando o engajamento social. No entanto, desafios ainda permanecem, como a ampliação do alcance em áreas em que o acesso à internet é limitado. Para o futuro, o projeto pretende expandir suas atividades para comunidades vulneráveis, buscando parcerias para garantir a inclusão digital e jurídica de populações em áreas remotas.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, Carvalho. **Execução de Mãe Bernadete**. G1 Bahia, 2023.

CANDAU, Vera Maria. **Educação em Direitos Humanos e Formação de Professores**. São Paulo: Cortez, 2013.

CAVALCANTE, Márcio André Lopes. **Vade Mecum de Jurisprudências**. Salvador: Juspodvim, 2021.

CRUZ, Gustavo. **Caso Robertinho**: PMs são condenados por matar estudante. G1 Goiás, 2023.

MARTINHO, A. M. **O bibliotecário jurídico**: identidade e competências profissionais. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2006.